

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024	9
DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023	10
DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	11
Demonstração de Valor Adicionado	12
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	13
Notas Explicativas	18

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	45
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	48
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	49

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2024
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	667.013.209
Preferenciais	0
Total	667.013.209
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2024	Penúltimo Exercício 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 31/12/2022
1	Ativo Total	2.223.660	2.174.423	2.149.391
1.01	Ativo Circulante	226.115	221.887	189.759
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	8.671	8.899	7.527
1.01.02	Aplicações Financeiras	0	16.830	0
1.01.03	Contas a Receber	199.903	186.945	177.242
1.01.03.01	Clientes	23.454	23.206	19.930
1.01.03.01.01	Concessionárias e Permissionárias	23.454	23.206	19.930
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	176.449	163.739	157.312
1.01.03.02.03	Concessão do Serviço Público - Ativo de Contrato	176.449	163.739	157.312
1.01.06	Tributos a Recuperar	8.686	7.512	3.114
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	8.686	7.512	3.114
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.386	1.101	671
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	7.469	600	1.205
1.01.08.03	Outros	7.469	600	1.205
1.02	Ativo Não Circulante	1.997.545	1.952.536	1.959.632
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.996.004	1.950.764	1.959.126
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	63.632	59.066	58.901
1.02.01.04	Contas a Receber	1.920.166	1.879.958	1.881.840
1.02.01.04.04	Concessão do Serviço Público - Ativo de Contrato	1.920.166	1.879.958	1.881.840
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	12.206	11.740	18.385
1.02.01.10.03	Outros Créditos	10.794	11.604	18.259
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	87	136	126
1.02.01.10.10	Tributos a recuperar	1.325	0	0
1.02.03	Imobilizado	536	641	440
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	536	641	440
1.02.04	Intangível	1.005	1.131	66
1.02.04.01	Intangíveis	1.005	1.131	66

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2024	Penúltimo Exercício 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 31/12/2022
2	Passivo Total	2.223.660	2.174.423	2.149.391
2.01	Passivo Circulante	138.533	136.559	105.089
2.01.02	Fornecedores	15.903	14.618	2.519
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	15.903	14.618	2.519
2.01.03	Obrigações Fiscais	3.527	3.445	9.730
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	3.527	3.445	9.730
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	3.527	3.445	9.730
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	87.888	83.184	80.558
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	14.979	14.979	15.884
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	14.979	14.979	15.884
2.01.04.02	Debêntures	72.909	68.205	64.674
2.01.05	Outras Obrigações	31.215	35.312	12.282
2.01.05.02	Outros	31.215	35.312	12.282
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	18.483	29.809	0
2.01.05.02.04	Encargos setoriais	2.274	1.438	0
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	9.719	3.283	12.282
2.01.05.02.06	Encargos de dívidas	739	782	0
2.02	Passivo Não Circulante	984.292	1.021.336	1.060.721
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	477.383	535.692	585.042
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	117.338	132.318	147.298
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	117.338	132.318	147.298
2.02.01.02	Debêntures	360.045	403.374	437.744
2.02.02	Outras Obrigações	489.273	463.658	418.182
2.02.02.02	Outros	489.273	463.658	418.182
2.02.02.02.03	Impostos e contribuições sociais	193.940	189.042	188.622
2.02.02.02.04	Impostos e contribuições sociais diferidos	281.758	261.671	229.560
2.02.02.02.05	Fornecedores	12.551	11.821	0
2.02.02.02.06	Encargos setoriais	849	0	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2024	Penúltimo Exercício 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 31/12/2022
2.02.02.02.07	Outros passivos	175	1.124	0
2.02.04	Provisões	17.636	21.986	57.497
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	17.636	21.986	57.497
2.03	Patrimônio Líquido	1.100.835	1.016.528	983.581
2.03.01	Capital Social Realizado	667.013	667.013	667.013
2.03.02	Reservas de Capital	34.055	0	0
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	34.055	0	0
2.03.04	Reservas de Lucros	399.767	349.515	316.568
2.03.04.01	Reserva Legal	31.112	29.166	26.028
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	48.292	29.809	0
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	52.112	52.112	52.112
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	215.856	186.047	186.045
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	3.516	3.516	3.516
2.03.04.10	Reserva de capital	48.879	48.865	48.867

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	215.987	171.238	329.692
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-86.945	-39.251	-35.036
3.03	Resultado Bruto	129.042	131.987	294.656
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-27.561	10.516	-69.304
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-27.299	10.516	-69.304
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-262	0	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	101.481	142.503	225.352
3.06	Resultado Financeiro	-42.482	-47.636	-56.434
3.06.01	Receitas Financeiras	6.140	6.824	5.339
3.06.02	Despesas Financeiras	-48.622	-54.460	-61.773
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	58.999	94.867	168.918
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-20.087	-32.111	-59.210
3.08.01	Corrente	0	-1	0
3.08.02	Diferido	-20.087	-32.110	-59.210
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	38.912	62.756	109.708
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	38.912	62.756	109.708
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,06	0,09	0,16

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
4.01	Lucro Líquido do Período	38.912	62.756	109.708
4.03	Resultado Abrangente do Período	38.912	62.756	109.708

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	78.425	118.535	90.774
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-70.011	-47.447	-72.770
6.01.01.01	Lucro Líquido do exercício	38.912	62.756	109.708
6.01.01.02	Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	20.087	32.111	59.210
6.01.01.03	Pis e Cofins diferido	4.895	420	18.665
6.01.01.04	Remuneração do ativo de contrato de concessão	-175.564	-156.911	-356.753
6.01.01.05	Despesas com juros, variações monetárias e cambiais - liquidas	43.212	47.129	53.108
6.01.01.06	(Reversões) provisões para contingências	-4.951	-36.763	42.961
6.01.01.07	Amortização e depreciação	1.140	151	331
6.01.01.08	Provisão para Créditos de liquidação duvidosa	3.055	0	0
6.01.01.09	Receita das margens da obrigação de performance da construção	-811	3.660	0
6.01.01.10	Programa de remuneração variável (ILP)	14	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	148.436	165.982	163.544
6.01.02.01	(Aumento) de tributos a recuperar	-2.499	-4.398	-1.341
6.01.02.02	Diminuição de concessionárias e permissionárias	156.156	153.947	150.920
6.01.02.03	(Aumento) de despesas antecipadas	-285	-430	0
6.01.02.05	Diminuição (aumento) de depósitos judiciais	49	-10	-12
6.01.02.06	Aumento de outros créditos	-6.868	-14.594	6.246
6.01.02.07	(Diminuição) aumento aumento de fornecedores	-5.026	23.120	-6.239
6.01.02.09	Aumento (diminuição) de impostos e contribuições sociais	275	-3.103	6.122
6.01.02.10	Imposto de renda e contribuição social pagos	-190	-3.182	0
6.01.02.12	Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	-308	-742	0
6.01.02.14	Aumento de Encargos do Consumidor	3.123	0	0
6.01.02.15	Aumento de outras contas a pagar	4.009	15.374	7.848
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-11.492	-18.908	-16.921
6.02.06	Adições Intangível e imobilizado	-100	-1.417	-217
6.02.07	Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	17.569	-9.953	-16.704
6.02.08	Aplicações em Linhas de Transmissão de Energia	-28.961	-7.538	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-67.161	-98.255	-68.366
6.03.08	Partes Relacionadas	0	0	28.005
6.03.09	Pagamento Dividendos	0	0	-4.275
6.03.10	Pagamento de empréstimos e debentures - principal	-85.629	-81.156	-72.677
6.03.11	Pagamento de empréstimos e debêntures - juros	-15.587	-17.099	-19.419
6.03.12	Recursos destinados a aumento de capital	34.055	0	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-228	1.372	5.487
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	8.899	7.527	2.040
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	8.671	8.899	7.527

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	667.013	48.865	300.650	0	0	1.016.528
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	667.013	48.865	300.650	0	0	1.016.528
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	14	63.864	-18.483	0	45.395
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-18.483	0	-18.483
5.04.08	Programa de remuneração variável- ILP	0	14	0	0	0	14
5.04.09	Reversão para Reserva especial de dividendos conf. AGOE 24/04/2024	0	0	29.809	0	0	29.809
5.04.10	Adiantamento para futuro aumento de capital	0	0	34.055	0	0	34.055
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	38.912	0	38.912
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	38.912	0	38.912
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	20.429	-20.429	0	0
5.06.04	Reserva legal	0	0	1.946	-1.946	0	0
5.06.05	Reserva de lucros - orçamento de capital	0	0	18.483	-18.483	0	0
5.07	Saldos Finais	667.013	48.879	384.943	0	0	1.100.835

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	667.013	48.865	267.703	0	0	983.581
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	667.013	48.865	267.703	0	0	983.581
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	62.756	0	62.756
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	62.756	0	62.756
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	32.947	-62.756	0	-29.809
5.06.04	Reserva Legal	0	0	3.138	-3.138	0	0
5.06.05	Reserva Especial de Dividendos	0	0	0	-29.809	0	-29.809
5.06.06	Reserva de Retenção de Lucros	0	0	29.809	-29.809	0	0
5.07	Saldos Finais	667.013	48.865	300.650	0	0	1.016.528

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	667.013	49.496	186.576	0	0	903.085
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	667.013	49.496	186.576	0	0	903.085
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-631	-28.581	0	0	-29.212
5.04.06	Dividendos	0	0	-28.581	0	0	-28.581
5.04.08	Programa de Remuneração Variável- ILP	0	-631	0	0	0	-631
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	109.708	0	109.708
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	109.708	0	109.708
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	109.708	-109.708	0	0
5.06.04	Reserva Legal	0	0	5.484	-5.484	0	0
5.06.05	Reserva Especial de Dividendos	0	0	52.112	-52.112	0	0
5.06.06	Reserva de Retenção de Lucros	0	0	52.112	-52.112	0	0
5.07	Saldos Finais	667.013	48.865	267.703	0	0	983.581

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Penúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Antepenúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022
7.01	Receitas	242.966	195.621	367.001
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	242.966	195.621	367.001
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-103.674	-22.493	-86.357
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-69.283	-47.974	-49.709
7.02.04	Outros	-34.391	25.481	-36.648
7.02.04.01	Outros custos operacionais	-34.391	25.481	-36.648
7.03	Valor Adicionado Bruto	139.292	173.128	280.644
7.04	Retenções	-1.141	-151	-331
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.141	-151	-331
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	138.151	172.977	280.313
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	6.439	7.157	5.339
7.06.02	Receitas Financeiras	6.439	7.157	5.339
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	144.590	180.134	285.652
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	144.590	180.134	285.652
7.08.01	Pessoal	5.415	2.900	11.879
7.08.01.01	Remuneração Direta	4.728	2.533	9.179
7.08.01.02	Benefícios	413	207	1.625
7.08.01.03	F.G.T.S.	274	160	1.075
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	49.276	59.284	99.935
7.08.02.01	Federais	49.276	59.050	99.058
7.08.02.02	Estaduais	0	234	877
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	50.987	55.194	64.130
7.08.03.01	Juros	48.622	54.460	61.773
7.08.03.02	Aluguéis	2.365	734	2.357
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	38.912	62.756	109.708
7.08.04.02	Dividendos	18.483	29.809	52.112
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	20.429	32.947	57.596

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

LINHAS DE MACAPÁ TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A
RESULTADOS 4º. TRIMESTRE DE 2024

Cataguases, 18 de março de 2025 – A Administração da Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A. (“Linhas de Macapá”, “LMTE” ou “Companhia”) apresenta os resultados do quarto trimestre (4T24) e exercício de 2024. As informações financeiras a seguir, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, exceto quando indicado de outra forma.

1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

A Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A. (“LMTE” ou “Companhia”), sociedade por ações de capital aberto, foi constituída em 7 de julho de 2008 e está estabelecida em Minas Gerais, com filiais no Amapá, no Pará e no Rio de Janeiro. A Companhia se encontra em operação, e tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

A Gemini Energy S.A. detêm 85,04% do capital social da Companhia. Os outros 14,96% pertencem ao Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA.



Gemini

LMTE	LXTE	LTTE
85,04%	83,34%	100%

Segue abaixo quadro com o resumo da concessão:

Nome	Data Assinatura do contrato	UF	Extensão (Km)	Capacidade de transformação MVA	Entrada em Operação	RAP Ciclo 24-25 (R\$ mm) (a)	Receitas de Fibra Ótica	Status
LMTE	out/08	AP/PA	685	1.410	jun/13	163,0	23,4	Operacional

(a) Os valores publicados de receita anual permitida (RAP) são referentes ao ciclo 24/25, líquidos de PIS/COFINS e consideram receita adicional de R\$ 2,2 milhões com base na REA nº 11.996/22, passando a valer a partir de 1º de julho de 2024 até 30 de junho de 2025.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

2. PRINCIPAIS DIFERENÇAS – SOCIETÁRIO X REGULATÓRIO

O resultado financeiro das Companhias do segmento de transmissão de energia do Brasil é elaborado a partir de dois métodos de contabilização: 1) Demonstrações Financeiras IFRS preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), conhecido como Resultado Societário, com base nas normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Demonstrações Financeiras; e 2) Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), definida como Resultado Regulatório.

Receita: No societário, os investimentos realizados ao longo da concessão são contabilizados como ativo de contrato no balanço patrimonial, sendo reconhecido uma receita de construção de infraestrutura como contrapartida na demonstração de resultados. Além disso, também é contabilizada a remuneração do ativo de contrato com base na taxa média de financiamento do projeto quando da formalização do contrato de concessão. Após a entrada em operação, a receita de construção de infraestrutura deixa de ser contabilizada e a receita operacional dos serviços de operação e manutenção passa a ser reconhecida. Por outro lado, na contabilidade regulatória, os investimentos são tratados como ativo imobilizado, sendo depreciados ao longo de sua vida útil, e a Receita é representada de fato pelos recebimentos após a entrada em operação do ativo (a Receita Anual Permitida, conhecida como RAP) reconhecida mensalmente através do aviso de crédito (AVC), ao longo do prazo da concessão, assemelhando-se à receita percebida no fluxo de caixa operacional.

Custo de Construção: Os custos de implementação de infraestrutura, que são os investimentos realizados durante o período pré-operacional, são reconhecidos no resultado societário enquanto na contabilidade regulatória inexistem.

Depreciação e amortização: No societário, os investimentos relativos às concessões são reconhecidos como ativo de contrato no balanço patrimonial e amortizados pelo recebimento efetivo da RAP. O ativo imobilizado reconhecido no balanço patrimonial refere-se aos bens e não relacionados à concessão. Na contabilidade regulatória, os investimentos realizados na concessão são contabilizados como imobilizado, sofrendo depreciação ao longo da sua vida útil, limitado ao prazo do contrato de concessão.

IR/CSLL: São calculados de acordo com os resultados apurados em cada modalidade de reconhecimento contábil como consequência das diferenças temporárias entre as bases de cálculo societárias e regulatórias, são constituídos os respectivos tributos diferidos.

2.1 Resultado Societário

A adoção do IFRS 9 (CPC 48) ou IFRS 15 (CPC 47) passou a ser obrigatória a partir do mês de janeiro de 2018, e a Companhia optou pelo IFRS 15 (CPC 47), no qual a entidade deve reconhecer as receitas para descrever a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes no valor que reflita a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços (reconhecimento do Ativo de Contrato de Concessão).

Os ativos de contrato incluem os valores a receber referentes aos serviços da implementação da infraestrutura, da receita de remuneração dos ativos de concessão e receita de operação e manutenção sendo mensurados ao valor presente dos fluxos de caixa futuros, com base na taxa média do projeto quando da formalização do contrato de concessão, conforme definidas nas normas do CPC 47.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

2.2 Resultado Regulatório

Com relação às Demonstrações Contábeis Regulatórias, cuja contabilização é preparada e elaborada com base na estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, emitido pela ANEEL, todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão e subestações são registrados como ativo imobilizado e a receita operacional que as concessionárias têm direito a receber é chamada de Receita Anual Permitida (RAP), garantida pelo contrato de concessão e anualmente reajustada pela inflação.

2.3 Resultados econômico-financeiros Societário x Regulatório

Resume-se, a seguir, o desempenho econômico-financeiro societário da LMTE:

Desempenho Econômico-Financeiro Societário Resultados – R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T24	4T23	Var. %	2024	2023	Var. %
Receita de construção de infraestrutura	23,4	5,3	+ 343,0	39,7	8,5	+ 365,8
Ganho de eficiência na implementação de infraestrutura	(2,2)	-	-	(3,7)	(3,2)	+ 13,7
Receita das margens da obrigação de performance da construção	0,3	(0,4)	-	0,8	(0,4)	-
Receita de operação e manutenção	3,3	3,2	+ 5,7	12,8	12,6	+ 1,9
Receita de remuneração do ativo de contrato	62,1	43,7	+ 42,0	175,6	156,9	+ 11,9
Outras receitas operacionais	5,0	4,5	+ 10,9	20,8	21,3	- 1,9
Total da receita bruta	92,1	56,3	+ 63,6	246,0	195,6	+ 25,8
Deduções da receita	(10,4)	(6,9)	+ 50,0	(30,0)	(24,3)	+ 23,4
Receita operacional líquida	81,7	49,4	+ 65,5	216,0	171,2	+ 26,1
PMSO	(23,8)	(26,5)	- 10,0	(78,8)	(57,2)	+ 37,7
Demais despesas operacionais ⁽¹⁾	(0,4)	1,7	-	1,5	33,5	- 95,7
Custo de construção	(21,3)	(4,8)	+ 343,0	(36,0)	(4,8)	+ 648,6
Amortização / Depreciação	(0,9)	(0,0)	+ 3.330,8	(1,1)	(0,2)	+ 655,6
Resultado financeiro	(10,6)	(10,4)	+ 2,3	(42,5)	(47,6)	- 10,8
Contribuição social e imposto de renda	(8,4)	(6,5)	+ 28,8	(20,1)	(32,1)	- 37,4
Lucro líquido	16,2	2,8	+ 469,9	38,9	62,8	- 38,0
EBITDA	36,1	19,8	+ 82,7	102,6	142,7	- 28,1
Margem EBITDA (%)	44,2	40,1	+ 4,2 p.p.	47,5	83,3	- 35,8 p.p.

(1) Considera provisões e reversões de contingências trabalhista, cíveis, regulatórias, ambientais e fiscal e outras receitas/despesas.

Principais impactos do resultado societário:

Receita operacional líquida societária: a receita líquida IFRS totalizou R\$ 81,7 milhões no 4T24, um aumento de 65,5% (+ R\$ 32,3 milhões) em comparação ao 4T23 ocasionado pelo (i) aumento na receita e margem de construção em função de maior realização de capex no reforço de grande porte (+R\$ 16,4 milhões) e (ii) aumento da remuneração do ativo em decorrência do reajuste tarifário da RAP e resultado positivo na RTP entre os períodos (+R\$ 18,3 milhões).

PMSO: a rubrica alcançou R\$ 23,8 milhões no 4T24, uma redução de R\$ 2,7 milhões na comparação com o 4T23 em função do impacto positivo ocasionado pela internalização das atividades e estrutura de O&M, sendo parte desses efeitos compensados pelos maiores gastos relacionados as melhorias de pequeno porte (+R\$ 1,4 milhões) e maiores aquisições de materiais sobressalentes e ferramental (+R\$ 3,4 milhões).

Demais despesas operacionais: no 4T24, o aumento de 2,1 milhões quando comparado com 4T23, ocasionada em função do provisionamento de saldos a receber de encargos rescisórios (+R\$ 3,1 milhões).

Custo de construção: a linha de custo de construção alcançou 21,3 milhões aumentou 343,0% (+R\$ 16,5 milhões) no 4T24 em comparação ao 4T23 devido a maior realização de capex e evolução física dos projetos de reforços.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

EBITDA: o EBITDA alcançou R\$ 36,1 milhões no 4T24, aumento de R\$ 16,4 milhões do registrado no 4T23, principalmente pelos efeitos explicados na receita operacional líquida.

Resultado financeiro: O resultado financeiro registrado no 4T24, ficou praticamente em linha com o registrado no 4T23.

Resultado líquido: a Companhia registrou um lucro líquido de R\$ 16,2 milhões no 4T24, aumento de R\$ 13,4 milhões na comparação com o 4T23 em virtude dos eventos mencionados acima

Resume-se, a seguir, o desempenho econômico-financeiro regulatório da LMTE:

Aviso: Os resultados regulatórios são elaborados com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico emitida pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), cujo conteúdo tem a finalidade de apresentar uma análise do desempenho regulatório/gerencial das transmissoras, seguindo as práticas do mercado de transmissão, não sendo considerado como relatório econômico-financeiro oficial da Companhia para a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que segue as normas contábeis internacionais do IFRS, emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Vale lembrar que as Demonstrações Contábeis Regulatórias (DCR's) são auditadas anualmente até 30 de abril de cada exercício na entrega das demonstrações contábeis regulatórias à ANEEL. Assim, os assuntos relacionados especificamente à contabilidade regulatória divulgados anteriormente à conclusão das DCRs são passíveis de alterações.

Desempenho Econômico-Financeiro Regulatório Resultados – R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T24	4T23	Var. %	2024	2023	Var. %
Total da receita bruta	49,2	47,0	+ 4,8	193,1	191,0	+ 1,1
Deduções da receita	(6,5)	(7,1)	- 9,6	(25,1)	(23,9)	+ 5,1
Receita operacional líquida	42,8	39,8	+ 7,4	168,0	167,1	+ 0,5
PMSO	(15,3)	(26,9)	- 43,1	(55,9)	(54,8)	+ 1,9
Demais despesas operacionais ⁽¹⁾	(0,4)	4,9	-	1,5	36,7	- 96,0
Amortização / Depreciação	(11,6)	(13,3)	- 12,7	(46,3)	(46,9)	- 1,2
Resultado financeiro	(10,6)	(10,4)	+ 2,3	(42,5)	(47,6)	- 10,8
Contribuição social e imposto de renda	(1,7)	(1,4)	+ 24,7	(8,4)	(18,4)	- 54,2
Lucro líquido	3,1	(7,2)	-	16,3	36,1	- 54,9
EBITDA	27,0	17,8	+ 51,4	113,5	149,1	- 23,8
Margem EBITDA (%)	63,2	44,8	+ 18,4 p.p.	67,6	89,2	- 21,6 p.p.

(1) Considera provisões e reversões de contingências trabalhistas, cíveis, regulatórias, ambientais, fiscais e outras receitas e despesas.

Receita operacional líquida: No 4T24, a receita operacional líquida foi de R\$ 42,8 milhões, aumento de 7,4% (+R\$ 2,9 milhões) em relação ao mesmo período de 2023, ocasionado pelo (i) reajuste tarifário da RAP pelo (IPCA) conforme Resolução Homologatória nº 3.348 da ANEEL e, (ii) resultado positivo da RTP conforme Resolução Homologatória nº 3.243 da ANEEL. Parte desses efeitos foram compensados pelos maiores descontos de PA no 4T24, em comparação ao 4T23.

PMSO: a rubrica alcançou R\$ 15,3 milhões no 4T24, redução de 43,1% (-R\$ 11,6 milhões) em relação ao 4T23, ocasionado principalmente pelo (i) impacto positivo ocasionado pela internalização das atividades e estrutura de O&M e (ii) redução com limpeza de servidão, manutenção corretiva e conservação de equipamentos (-R\$12,3 milhões). Parte dessa redução foi compensada pelas despesas ambientais relacionadas à reposição florestal (+R\$ 1,5 milhão).

Demais despesas operacionais: a rubrica apresentou um aumento de R\$ 4,9 milhões em relação ao 4T23 ocasionado pelo provisionamento de saldos a receber oriundos de encargos rescisórios (+R\$ 3,1 milhões).

EBITDA: o EBITDA alcançou R\$ 27,0 milhões no 4T24, aumento de 54,3% (+R\$ 10,8 milhões) em relação ao EBITDA do 4T23, principalmente pelos efeitos explicados na receita operacional líquida e PMSO.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Resultado financeiro: O resultado financeiro registrado no 4T24, ficou praticamente em linha com o registrado no 4T23.

Lucro líquido: a Companhia registrou um lucro de R\$ 3,1 milhões no 4T24, aumento de R\$ 10,3 milhões na comparação com o 4T23 em virtude dos eventos mencionados acima.

3. ESTRUTURA DE CAPITAL

3.1 Caixa e endividamento

A posição de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras totalizou R\$ 72,3 milhões em dezembro de 2024, frente aos R\$ 87,0 milhões registrados em setembro de 2024.

Em dezembro de 2024, a dívida líquida foi de R\$ 493,7 milhões, contra R\$ 511,6 milhões em setembro de 2024.

A seguir, apresentam-se as dívidas de curto e longo prazo da Companhia nos períodos indicados:

Descrição Valores em R\$ milhões	31/12/2024	30/09/2024	30/06/2024
Circulante	88,6	88,5	86,1
Empréstimos e financiamentos	15,0	15,0	15,0
Debêntures	72,9	72,8	70,4
Encargos de dívidas	0,7	0,7	0,7
Não Circulante	477,4	510,1	506,9
Empréstimos e financiamentos	117,3	121,1	124,8
Debêntures	360,0	389,0	382,1
Total das dívidas	566,0	598,6	593,0
(-) Disponibilidades financeiras	72,3	87,0	70,4
Total das dívidas líquidas	493,7	511,6	522,7

A Administração.

Notas Explicativas

Linhas de Macapá Transmissora de Energia S/A Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

1. Contexto operacional

A Linhas de Macapá Transmissora de Energia S/A ("Companhia" ou "LMTE"), com sede na cidade de Cataguases, Estado de Minas Gerais, é uma sociedade anônima de capital aberto registrada junto a Comissão de Valores Mobiliários - CVM categoria "B", cujo objeto social é a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia.

1.1 Contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica

Em 27 de junho de 2008 a Isolux Ingenieria S.A. (ex-controladora da Gemini Energy) foi declarada vencedora do Leilão Público nº 004/2008, realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, para a aquisição da Concessão de Transmissão de Energia Elétrica referente ao lote B, linha Oriximiná-Macapá.

No dia 16 de outubro de 2008, a Companhia assinou o Contrato de Concessão nº 009/2008 ANEEL, que outorgou a Companhia pelo prazo de 30 anos, com vencimento em 16 de setembro de 2038, a concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, para construção, operação e manutenção das instalações de transmissão, localizadas nos Estados do Amapá e Pará composto por linhas transmissão em 500 kV c2 e 230 kV c2, e pela ampliação da subestação Jurupari em 500 kV (900 MVA).

As instalações entraram em operação comercial em 12 de junho de 2013 (Tramo de 500 kV) e em 22 de janeiro de 2014 (Tramo 230 kV).

Transmissão de energia elétrica:

Os contratos de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica contêm cláusulas específicas que garantem o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço no final da concessão, efetivamente utilizados na prestação do serviço.

As obrigações da Companhia, previstas no contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica para implementar, operar, explorar e manter as linhas de transmissão pertencentes a rede básica do sistema interligado-SIN por um período de 30 anos são:

I - Operar e manter as instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do Serviço Regulado, a segurança das pessoas e a conservação dos bens e instalações localizados em sua área de concessão;

II - Realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência e segurança em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;

III - Organizar e manter controle patrimonial dos bens e instalações vinculados à concessão e zelar por sua integridade e providenciando que aqueles que, por razões de ordem técnica, sejam essenciais à garantia e confiabilidade do sistema elétrico;

IV - Atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória;

V - Submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão;

VI - Manter o acervo documental auditável, em conformidade com as normas vigentes; e,

Notas Explicativas

VII - Operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis e adotando todas as providências necessárias com o órgão responsável para obtenção dos licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências.

A concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, por no máximo igual período de acordo com o que dispõe o § 3º art. 4º da Lei nº 9.074 de 1995, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente.

1.2 Principais assuntos Regulatórios

1.2.1 Reajuste Tarifário Anual

A Resolução Homologatória (“REH”) nº 3.348, de 16 de julho de 2024, estabeleceu as RAPs da Companhia, para o ciclo de 12 meses, compreendendo o período de 1º de julho de 2024 a 30 de junho de 2025. A RAP da companhia é reajustada pelo IPCA (+3,93%).

A seguir, A RAP da Companhia reajustada sem considerar a parcela de ajuste (PA):

Contrato de concessão	Rede Básica			Rede Fronteiras		Demais instalações	Ciclo 2024-2025	Ciclo 2023-2024
	RBL	RBNI	RMEL	RBL	RBNI	RPEC		
009/2008	145.100	87	3	7.463	2.305	782	155.740	147.842

1.2.2 Revisão Tarifaria Periódica - RTP

A Resolução homologatória nº 3.343 de julho de 2024 estabelece o resultado das revisões tarifárias periódicas da Receita Anual Permitida (RAP) de 2024 que impactaram diretamente o contrato de concessão de transmissão da Companhia resultando no índice de reposicionamento total de 5,33%.

1.2.3 Aquisição 4º transformador (TR4)

A SE Macapá 230/69 kV tem uma capacidade instalada total de 450 MVA, composta por três transformadores de 150 MVA conforme contrato de concessão 09/2008. Em decorrência ao incidente de Macapá, definiu-se a necessidade de inclusão de um quarto transformador (“TR4”) na SE Macapá pela Agência reguladora.

Com o restabelecimento de todos os transformadores da concessão, o TR4 tornou-se uma reserva sistêmica com indicação do Ministério de Minas E Energia, e desta forma, a Companhia está amortizando o saldo de forma segregada em função dos tramites que estão em andamento junto aos órgãos competentes.

A Companhia vem monitorando tempestivamente o processo administrativo, e o andamento sobre o tema no intuito de reavaliar, se necessário, o seu julgamento quanto a realização desse ativo. Em 31 de dezembro de 2024 o saldo registrado, líquido de amortizações é de R\$ 10.794.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), que compreendem os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações

Notas Explicativas

relevantes próprias das demonstrações financeiras estão divulgadas e correspondem às informações utilizadas na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 18 de março de 2025.

2.2 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

2.3 Julgamentos, estimativas e premissas

A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, requer que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- I. Nota explicativa nº 6 - Concessionárias e permissionárias: Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa - PPECLD;
- II.
- III. Nota explicativa nº 8 -Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente: Análise da recuperabilidade dos tributos diferidos;
- IV. Nota explicativa nº 10 - Concessão do serviço público (ativo de contrato): valor recuperável para o ativo de contrato;
- V. Nota explicativa nº 15 - Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais: estimativa de perda em processos judiciais;
- VI. Nota explicativa nº 22 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos; definição dos níveis dos instrumentos financeiros e mensuração do valor justo;
- VII. Nota explicativa nº 23 - Benefícios pós emprego: principais premissas atuariais na mensuração dos benefícios pós emprego.

3. Políticas contábeis materiais e novos pronunciamentos contábeis

As políticas contábeis materiais têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

3.1 Práticas materiais

- a. **Caixa e equivalentes de caixa** - os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

b. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros:

Notas Explicativas

Reconhecimento inicial e mensuração - são classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao seu valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento.

As aquisições ou alienação de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se comprometeu a comprar ou vender o ativo.

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente - para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Segue abaixo resumo da classificação e mensuração - CPC 48/IFRS 9:

Classificação e Mensuração - CPC 48/IFRS 9	
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.

Notas Explicativas

Classificação e Mensuração - CPC 48/IFRS 9

Instrumentos patrimoniais ao VJORA

Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor do custo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (baseados na performance de um ativo).

Passivos financeiros:

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 2023, compreendem os saldos a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures e outras contas a pagar.

Reconhecimento inicial e mensuração - os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Notas Explicativas

Mensuração subsequente - a mensuração de passivos financeiros é como segue:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado - passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de *hedge* definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao custo amortizado - Após o reconhecimento inicial, os passivos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

Desreconhecimento:

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

- c. **Concessionárias e permissionárias** - refere-se aos valores de contas a receber de faturas emitidas pelo Uso do Sistema de Transmissão, contabilizada com base no regime de competência.
- d. **Ativo de contrato de concessão** - corresponde ao contrato de concessão nº 09/2008 do serviço público de transmissão de energia elétrica firmado junto ao Poder concedente. As características do contrato de concessão fornecem a Administração base para entendimento de que as condições para a aplicação do Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, está atendido de forma a refletir o negócio de transmissão de energia elétrica.

Conforme previsto no contrato de concessão, uma transmissora de energia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a transmissora possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a transmissora de energia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão.

O ativo de contrato de concessão se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo de contrato equivalente à contraprestação daquele mês, pela satisfação da obrigação de desempenho de construir, torna-se um contas a receber.

O valor do ativo de contrato da Companhia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Notas Explicativas

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato, conforme o tipo de concessão. Estes fluxos de recebimentos são: (i) remunerados pela taxa implícita que representa o componente financeiro do negócio estabelecida no início de cada projeto, que varia entre 3% e 8% ao ano; e (ii) atualizados pelo IPCA.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

Para estimativas referentes a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa aplicada para o valor presente líquido da margem de construção e de operação é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento, como também o reconhecimento da receita de operação e manutenção decorrente dos custos incorridos necessários para cumprir obrigações de performance de operação e manutenção previstas em contrato de concessão, registra-se também uma receita de remuneração sobre o ativo de contrato utilizando a taxa implícita definida no início de cada projeto obtida após a alocação das margens de construção e de operação e manutenção.

- e. Imposto de renda e contribuição social** - compreendem os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. Os tributos correntes que são mensurados ao valor esperado a ser pago as autoridades fiscais, utilizando as alíquotas aplicáveis enquanto o imposto diferido é contabilizado no resultado a menos que esteja relacionado a itens registrados em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores de ativo e passivo para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 mil. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9%.

Embora os ativos e os passivos fiscais correntes sejam reconhecidos e mensurados separadamente, a compensação no balanço patrimonial está sujeita aos critérios similares àqueles estabelecidos para os instrumentos financeiros. A Companhia tem o direito legalmente executável de compensar o ativo fiscal corrente contra um passivo fiscal corrente quando eles se relacionarem com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária e a legislação tributária permitir que a entidade faça ou receba um único pagamento líquido.

Conforme orientações do ICPC 22 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia avaliou se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado do exercício.

- f. Provisões** - uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos relacionados a causas judiciais estão provisionados por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos desfechos desfavoráveis.
- g. Receita Operacional** - as receitas são reconhecidas quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O IFRS 15 / CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou

Notas Explicativas

seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

As receitas operacionais da Companhia são:

- **Receita de operação e manutenção:** refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica que tem início após o término da fase de construção e visa a não interrupção da disponibilidade da infraestrutura de transmissão.
 - **Remuneração do ativo de contrato:** refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo de contrato, determinada na data de início de cada contrato de concessão e não sofre alteração posterior. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa que varia entre 3% e 8% ao ano;
 - **Ganho de eficiência na implementação da infraestrutura:** refere-se aos ganhos que podem ser auferidos com certo grau de confiabilidade durante a construção da infraestrutura e também na energização do projeto, por refletirem algumas eventuais variações positivas ou negativas, tais como economias Capex na fase conclusão ou revisão positiva da RAP e entrada em operação antecipada em relação ao prazo da ANEEL; e
 - **Receita de construção e margem de construção:** refere-se aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de construção são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescendo-se a margem estimada para cada projeto e as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento.
- h. **Demais ativos e passivos (circulante e não circulante)** - os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço;
- i.
- j. **Demonstração do valor adicionado** - preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com a resolução CVM 199/2024 e CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte suplementar às demonstrações financeiras.

3.2 Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC- Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB - International Accounting Standards Board

(i) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados a partir de 1º de janeiro de 2024

Normas	Descrição
Alterações ao IAS 1	Passivos não circulantes com covenants
Alterações IAS 7 e IFRS 7	Acordos de financiamento de fornecedores
IFRS 16	Passivo de arrendamento em uma transação de “Sale and leaseback”
Resolução CVM nº 199/ CPC 9 (R1)	Demonstração do Valor Adicionado

Notas Explicativas

(ii) Pronunciamentos novos ou revisados emitidos, mas ainda não vigentes

A Companhia avaliou os demais pronunciamentos contábeis emitidos, alterados e substituídos, mas que ainda não efetivos para o exercício conforme demonstrado abaixo:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: exercícios anuais com início em ou após
Alterações ao CPC 18 (R3)	Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto	1º de janeiro de 2025
Alterações ao CPC 02 (R2)	Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis	1º de janeiro de 2025
IFRS 18	Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	1º de janeiro de 2027
IFRS 19	Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	1º de janeiro de 2027

A Companhia também avaliou os demais pronunciamentos contábeis emitidos, alterados e substituídos, mas que ainda não efetivos para o exercício e não identificou qualquer impacto ou alterações nas demonstrações financeiras da Companhia.

A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e revisadas, se cabível, quando entrarem em vigor. A entidade deve aplicar a IFRS 18 para períodos de relatório anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. A IFRS 18 será aplicada retrospectivamente. A Companhia está atualmente trabalhando para identificar os impactos sobre as demonstrações financeiras no futuro.

4. Informação por segmento

A Companhia atua no segmento econômico de transmissão de energia elétrica e sua demonstração de resultado reflete essa atividade.

5. Caixa, equivalente de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

5.1 Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023
Caixa e depósitos bancários à vista	8.671	8.899
Total caixa e equivalentes de caixa - circulante	8.671	8.899

5.2 Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados

A carteira de aplicações financeiras é formada, principalmente, por Certificados de Depósito Bancário (CDB's), fundo de renda fixa e a Letras financeiras. A rentabilidade média ponderada da carteira equivale a 96,4% do CDI (98,8% do CDI em 2023).

	2024	2023
Fundos de investimentos exclusivos		
Central de Crédito Bancário (CCB)	-	260
Compromissadas	-	2.893
Fundo de Renda Fixa	-	9.753
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	-	1.115
Letra Financeira (LF)	-	2.809
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	46.813	43.138
Recursos Vinculados	16.819	15.928
Total de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados ⁽¹⁾	63.632	75.896
Circulante	-	16.830
Não Circulante	63.632	59.066

⁽¹⁾ Inclui R\$63.632 (R\$59.066 em 2023) referente a garantia de debêntures.

Notas Explicativas

6. Concessionárias e permissionárias

	2024	2023
Concessionárias e Permissionárias	26.350	23.058
Concessionárias e Permissionárias - partes relacionadas	159	148
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa - PECLD ⁽¹⁾	(3.055)	-
Total - circulante	23.454	23.206

⁽¹⁾ Refere-se a saldos a receber de encargos rescisórios de agentes do SIN emitidos pela ONS a favor das transmissoras de energia elétrica, ocorrido de forma excepcional durante o exercício, onde a Companhia avaliou que sua recuperabilidade é de difícil recebimento e, portanto, efetuou o reconhecimento da provisão para perdas.

7. Tributos à Recuperar

Referem-se a créditos tributários de saldos negativos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro, e/ou recolhimentos de impostos e contribuições efetuadas a maior, que serão recuperados ou compensados com apurações de tributos em exercícios posteriores, de acordo com a forma prevista na legislação tributária vigente aplicável.

	2024	2023
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	7.032	5.117
Contribuição Social sobre o Lucro - CSLL	2.275	1.899
Contribuições ao PIS e a COFINS	289	266
Outros	415	230
Total	10.011	7.512
Circulante	8.686	7.512
Não circulante	1.325	-

8. Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das informações financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

	2024	2023
Ativo		
Prejuízos fiscais	30.282	29.731
Base negativa da contribuição social	10.911	10.703
Diferenças Temporárias:		
Imposto de renda	5.360	5.635
Contribuição social	1.929	2.028
Total - ativo não circulante	48.482	48.097
Passivo		
Diferenças Temporárias:		
Imposto de renda	(242.824)	(227.771)
Contribuição social	(87.416)	(81.997)
Total - passivo não circulante	(330.240)	(309.768)
Total líquido - ativo (passivo) não circulante	(281.758)	(261.671)

Notas Explicativas

As diferenças temporárias são como segue:

	2024		2023	
	Base de cálculo	IRPJ + CSLL	Base de cálculo	IRPJ + CSLL
Ativo/Passivo				
Prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social	121.155	41.193	118.924	40.434
Outras provisões (honorários advocatícios e outras)	10.623	3.612	10.623	3.612
Provisões para riscos cível, trabalhista, fiscal e regulatório	7.744	2.633	11.916	4.051
Provisão para perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa - PECLD	3.055	1.039	-	-
Outras adições temporárias	17	5	-	-
Concessão do serviço público - ativo de contrato	(971.294)	(330.240)	(911.082)	(309.768)
Total líquido - (passivo) não circulante	(828.700)	(281.758)	(769.619)	(261.671)

Realizações dos créditos fiscais diferidos são como segue:

Exercícios	Total
2025	68
2026	3.699
2027	5.340
2028	6.081
2029	7.058
2030 a 2032	23.957
Após 2032	2.279
Total	48.482

Em 2024 e 2023 a despesa de imposto de renda e contribuição social, apropriada no resultado dos períodos, foi apurada pelo regime de tributação de lucro real, conforme segue:

	2024	2023
Resultados antes dos tributos sobre o lucro	58.999	94.867
Alíquotas fiscais combinadas	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculados às alíquotas fiscais combinadas	(20.060)	(32.255)
Ajustes:		
Incentivos fiscais - Pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica ⁽¹⁾	-	172
Despesas indedutíveis (doações, brindes, multa, etc.)	(27)	(28)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	(20.087)	(32.111)
Alíquota efetiva	34,05%	33,85%

⁽¹⁾ Refere-se aos investimentos realizados em projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica em conformidade com a Lei nº 11.196/2005.

9. Transação com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela Gemini Energy S/A (85,04% do capital total), que por sua vez detém o controle acionário das seguintes companhias:

	Sigla	Ramo de atividade
Controladas diretas da Gemini Energy S/A:		
• Linhas de Taubaté Transmissora de Energia S/A;	LTTE	Transmissão de energia
• Linhas de Xingu Transmissora de Energia S/A;	LXTE	Transmissão de energia
• Linhas de Itacaiúnas Transmissora de Energia S/A; e	LITE	Transmissão de energia
• Plena Operação e Manutenção de Transmissoras de Energia Ltda.	POMTE	Serviços

A Gemini Energy S/A é controlada pela Energisa Transmissão de Energia S/A, que por sua vez é controlada pela Energisa S/A, que por meio das participações nas sociedades, Denerge Desenvolvimento Energético S/A (controladora da Rede Energia Participações S/A), Energisa Transmissão de Energia S/A (ETE), Energisa Soluções S/A (ESOL), Alsol Energias Renováveis S/A (ALSOL) (Controladora da Ângulo 45 Empreendimentos S/A), Energisa

Notas Explicativas

Biogás S/A (EBG), Energisa Distribuição de Gás S/A (EDG) (controladora da Energisa Distribuição de Gás Nordeste S/A (EDGNE)), Energisa Participações Minoritárias S/A (EPM) e Energisa Participações Nordeste S/A (EPNE) possui participação nas seguintes Companhias e empresas:

	Sigla	Ramo de atividade
Controladas diretas da Energisa S/A:		
• Energisa Minas Rio - Distribuidora de Energia S/A;	EMG	Distribuição de energia
• Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A;	ERO	Distribuição de energia
• Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A;	ESE	Distribuição de energia
• Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A;	EAC	Distribuição de energia
• Energisa Soluções S/A;	ESOL	Serviços
• Energisa Comercializadora de Energia Ltda;	ECOM	Comercialização de energia
• Voltz Capital S/A;	VOLTZ	Serviços
• Alsol Energias Renováveis S/A;	ALSOL	Geração distribuída
• Energisa Geração Central Solar Rio Peixe I S/A;	EGCS-RP1	Parque Solar
• Energisa Geração Central Solar Rio Peixe II S/A.;	EGCS-RP2	Parque Solar
• Energisa Biogás S/A.;	EBG	Holding
• Energisa Distribuição de Gás S/A;	EDG	Holding
• Energisa Participações Nordeste S/A; e	EPNE	Holding
• Clarke Desenvolvimento de Software S/A.	CLARKE	Serviços
Controladas diretas da Energisa Transmissão de Energia S/A:		
• Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A;	EPA I	Transmissão de energia
• Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A;	EGO I	Transmissão de energia
• Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A;	EPA II	Transmissão de energia
• Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A;	ETT	Transmissão de energia
• Energisa Amazonas Transmissora de Energia S/A;	EAM	Transmissão de energia
• Energisa Tocantins Transmissora de Energia II S/A;	ETT II	Transmissão de energia
• Energisa Paranaíba Transmissora de Energia S/A;	EPTE	Transmissão de energia
• Energisa Amapá Transmissora de Energia S/A;	EAP	Transmissão de energia
• Gemini Energy S/A;	GEMINI	Holding
• Nova Gemini Transmissão de Energia S/A;	NOVA GEMINI	Holding
• Energisa Amazonas Transmissora de Energia II S/A;	EAM II	Transmissão de energia
• Energisa Maranhão Transmissora de Energia I S/A;	EMA I	Transmissão de energia
• Energisa Transmissão de Energia V S/A;	ETE V	Transmissão de energia
• Energisa Transmissão de Energia VII S/A;	ETE VII	Transmissão de energia
• Energisa Transmissão de Energia VIII S/A; e	ETE VIII	Transmissão de energia
• Energisa Transmissão de Energia IX S/A.	ETE IX	Transmissão de energia
Controladas diretas da Rede Energia Participações S/A		
• Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A;	EMT	Distribuição de energia
• Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A;	EMS	Distribuição de energia
• Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A;	ETO	Distribuição de energia
• Energisa Sul Sudeste - Distribuição de Energia S/A;	ESS	Distribuição de energia
• Multi Energisa Serviços S/A;	MULTIENERGISA	Serviços
• Rede Power do Brasil S/A;	REDE POWER	Holding
• Companhia Técnica e Comercialização de Energia; e	CTCE	Comercialização de energia
• QMRA Participações S/A.	QMRA	Holding
Controladas diretas da Alsol Energias Renováveis S/A:		
• Laralsol Empreendimentos Energéticos Ltda;	LARALSOL	Geração de energia distribuída
• URB Energia Limpa Ltda;	URB	Geração de energia distribuída
• Reenergisa Geração Fotovoltaica I S/A;	REENERGISA I	Geração de energia distribuída
• Reenergisa Geração Fotovoltaica II S/A;	REENERGISA II	Geração de energia distribuída
• Reenergisa Geração Fotovoltaica III S/A;	REENERGISA III	Geração de energia distribuída
• Reenergisa Geração Fotovoltaica IV S/A;	REENERGISA IV	Geração de energia distribuída
• Reenergisa Geração Fotovoltaica V S/A;	REENERGISA V	Geração de energia distribuída
• Reenergisa Geração Fotovoltaica VI S/A;	REENERGISA VI	Geração de energia distribuída
• Reenergisa Geração Fotovoltaica VII S/A;	REENERGISA VII	Geração de energia distribuída
• Reenergisa Geração Fotovoltaica VIII S/A;	REENERGISA VIII	Geração de energia distribuída
• Renesolar Engenharia Elétrica Ltda;	RENESOLAR	Geração de energia distribuída
• Flowsolar Engenharia Elétrica Ltda;	FLOWSOLAR	Geração de energia distribuída
• Carbonsolar Engenharia Elétrica Ltda;	CARBONSOLAR	Geração de energia distribuída
• Ângulo 45 Participações.	ÂNGULO 45 PART	Holding

Notas Explicativas

	Sigla	Ramo de atividade
Controladas diretas da Energisa Soluções S/A:		
· Energisa Soluções Construções e Serviços em Linhas e Redes S/A.	ESOLC	Serviços
Controlada direta da Energisa Biogás S/A:		
· Agric Adubos e Gestão de Resíduos Industriais e Comerciais S/A	AGRIC	Usina de compostagem
Controlada direta da Energisa Distribuição de Gás S/A		
· Companhia de Gás do Espírito Santo - ES Gás	ESGAS	Distribuição do Gás Natural
· Energisa Distribuição de Gás Nordeste S/A	EDGNE	Holding
Controlada direta da Energisa Participações Nordeste S/A:		
· Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A.	EPB	Distribuição de energia
Controlada direta da Ângulo 45 Participações S/A:		
· Ângulo 45 Empreendimentos S/A.	ÂNGULO 45 EMPR	Geração distribuída
Controlada direta da Energisa Distribuição de Gás Nordeste S/A		
· Norgás S/A	NORGÁS	Holding

As transações com partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

	Serviços contratados (despesas)	Compartilhamento ⁽⁴⁾	Receita com transmissão de energia ⁽¹⁾	Saldo a pagar	Saldos a receber ⁽¹⁾	Recursos destinados para futuro aumento de capital ⁽⁵⁾
ESOL ⁽²⁾	(18.900)	-	-	(68)	-	-
ESA ⁽³⁾	(2.126)	(878)	-	(414)	-	-
ESS	-	(16)	687	-	19	-
ETO	-	(8)	474	-	14	-
EMT	-	(96)	1.566	(5)	48	-
ESE	-	(10)	365	(1)	10	-
EMS	-	(134)	988	(12)	28	-
EPB	-	(372)	750	(34)	20	-
EMR	-	(192)	127	(14)	-	-
ERO	-	(16)	498	(1)	20	-
EAC	-	(7)	138	-	-	-
ECOM	-	(38)	-	(3)	-	-
GEMINI	-	-	-	-	-	(34.055)
2024	(21.026)	(1.767)	5.593	(552)	159	(34.055)
2023	(25.639)	-	5.023	(6.631)	148	-

⁽¹⁾ Refere-se a serviços prestados de transporte de energia dos centros de geração até os pontos de distribuição.

⁽²⁾ Refere-se a serviços contratados de Operação e Manutenção.

⁽³⁾ Serviços compartilhados de rotinas administrativas - refere-se à prestação de serviços complementares de rotinas administrativas aos processos de suprimentos, recursos humanos, infraestrutura administrativa, finanças, contabilidade, faturamento, telefonia e redes. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários. O contrato de compartilhamento foi aprovado pela Aneel e firmado em 23 de outubro de 2023 com prazo de validade de 53 meses, podendo ser renovado mediante aditivo contratual; e

Serviços de informática e licenciamento de softwares - contrato de prestação de serviços de informática e licenciamento de softwares, firmado em 01 de novembro de 2023 com vencimento em 31 de outubro de 2026 no valor total de R\$1.994, correspondente ao período de 36 meses, referente: (i) serviços de implantação (migração de sistemas GEMINI); (ii) intercompany ERP (manutenção de licenças e infraestrutura de TI); (iii) infraestrutura de TI (licenciamento e ativos DC principal e contingência); (iv) sustentação (sistemas, infraestrutura e serviços de campo). A operação foi contratada refletindo as condições vigentes à época da contratação, de acordo com as boas práticas de mercado com anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através do Despacho nº 812, em 24 de março de 2022.

⁽⁴⁾ Contrato de compartilhamento - em 29 de março de 2022 foi firmado contrato compartilhamento de recursos humanos, de infraestrutura e rateio de despesas entre as empresas do Grupo Energisa, com vencimento em 28 de março de 2027, correspondente ao período de 60 meses. A operação foi contratada refletindo as condições vigentes à época da contratação, de acordo com as boas práticas de mercado

Notas Explicativas

e anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através do Despacho nº 834, em 25 de março de 2022. Em 05 de janeiro de 2024 foi realizado um aditivo contratual incluindo novas empresas.

(5) Os recursos destinados para futuro aumento de capital não são remunerados.

Remuneração dos administradores:

Nos exercícios de 2024 e 2023, não houve pagamento de honorários aos administradores e esse fato não se constitui obrigação futura da Companhia, pois os serviços corporativos são executados por administradores na estrutura da controladora.

10. Concessão de serviço público (Ativo de contrato)

Os ativos de contrato incluem os valores a receber referentes aos serviços da implementação da infraestrutura e da receita de remuneração dos ativos de concessão, sendo mensurados ao valor presente dos fluxos de caixa futuros, com base na taxa média de financiamento do projeto quando da formalização do contrato de concessão, conforme normas do CPC 47.

A concessão da Companhia de transmissão por não ser onerosa, não possui obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. Ao final do contrato de concessão, todos os bens e instalações passarão a ser de propriedade da União.

Conforme previsto pelo CPC 47/IFRS 15, a Companhia passou a avaliar um ativo de contrato quanto à redução ao valor recuperável de acordo com o CPC 48/IFRS 9, onde para o exercício findo em dezembro de 2024 não foi identificado necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável para o ativo de contrato.

Descrição	
Linhas de Transmissão	LT 230 kV Jurupari - Laranjal - Macapá e LT 500 kV Jurupari - Oriximiná C1 e C2
Margem de construção	0% a 5%
Margem de operação e manutenção	8,19%
Taxa de remuneração ⁽¹⁾	3 a 8%
Índice de correção do contrato	IPCA
Custos incorridos	1.365.158
RAP anual ⁽²⁾	163.031

(1) A taxa utilizada para remunerar o saldo de recebíveis de concessão de serviços, incluindo saldo de indenização, que reflete o custo de oportunidade de um investidor à época da tomada de decisão de investir nos ativos de transmissão, cuja composição observou os valores à época da realização do investimento.

(2) A resolução homologatória da ANEEL nº 3.348 de 16 de julho de 2024 estabelece as receitas anuais permitidas (RAP) para o ciclo 2024-2025, reajustando a RAP pelo IPCA em 3,92%.

Segue as movimentações do ativo de contrato ocorrida no exercício:

Ativo de Contrato de Concessão	2024	2023
Saldos iniciais	2.043.697	2.039.152
Receita de remuneração do ativo de contrato	175.564	156.911
Margem da obrigação de performance de construção	811	58
Receita de operação e manutenção	12.797	12.555
Perdas de eficiência na implementação da infraestrutura	(3.670)	(3.718)
Receita de construção da infraestrutura	39.672	8.517
Recebimento de RAP	(172.256)	(169.778)
Saldos finais	2.096.615	2.043.697
Circulante	176.449	163.739
Não Circulante	1.920.166	1.879.958

Notas Explicativas

11. Fornecedores

	2024	2023
Materiais	662	490
Serviços	27.792	25.949
Total ⁽¹⁾	28.454	26.439
Circulante	15.903	14.618
Não Circulante	12.551	11.821

⁽¹⁾ Refere-se às aquisições de materiais e serviços necessários à implementação de reforços, melhorias e operação e manutenção das Linhas de Transmissão.

12. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívida está demonstrada a seguir:

	2023	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	2024
Mensuradas ao custo amortizado					
Moeda Nacional					
Pré Fixado	148.079	(14.980)	(10.830)	10.787	133.056
Total ao custo amortizado	148.079	(14.980)	(10.830)	10.787	133.056
Circulante	15.761				15.718
Não circulante	132.318				117.338

	2022	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	2023
Mensuradas ao custo amortizado					
Moeda Nacional					
Pré Fixado	163.182	(14.979)	(12.043)	11.919	148.079
Total ao custo amortizado	163.182	(14.979)	(12.043)	11.919	148.079
Circulante	15.884				15.761
Não circulante	147.298				132.318

A composição da carteira de empréstimos e financiamentos e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros (%a.a.)	Vencimento	Periodicidade Amortização	(Taxa efetiva de juros)	Garantias ⁽¹⁾	Covenants ⁽²⁾
	2024	2023						
LMTE X BASA - CCB 007-10/0062-3	133.056	148.079	PRÉ + 10,00	out/33	Mensal a partir de abr/22	10,00	R + S	ICSD
Total em Moeda Nacional	133.056	148.079						

⁽¹⁾ R = Recebíveis e S = Seguro

Condições de covenants

⁽²⁾ O empréstimo e financiamento possui cláusula restritiva, que em geral requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis, conforme abaixo:

Cláusulas Restritivas	Índice Requerido	Exigibilidade
ICSD	Maior ou igual a 1,3x, com base nas demonstrações contábeis regulatórias auditadas	Anual

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de dezembro de 2024, as exigências contratuais foram cumpridas.

A Companhia tem como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Notas Explicativas

Vencimentos:

Em 31 de dezembro de 2024, os financiamentos classificados no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	Total
2026	14.979
2027	14.979
2028	14.979
2029	14.979
Após 2029	57.422
Total	117.338

13. Debêntures

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	2023	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e Custos	2024
Mensuradas ao custo amortizado					
Pós Fixado					
TJLP	478.295	(70.649)	(4.757)	35.798	438.687
(-) Custo com captação	(6.716)	-	-	983	(5.733)
Total ao custo amortizado	471.579	(70.649)	(4.757)	36.781	432.954
Circulante	68.205				72.909
Não circulante	403.374				360.045

	2022	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e Custos	2023
Mensuradas ao custo amortizado					
TJLP	510.119	(66.177)	(5.056)	39.409	478.295
(-) Custo com captação	(7.701)	-	-	985	(6.716)
Total ao custo amortizado	502.418	(66.177)	(5.056)	40.394	471.579
Circulante	64.674	-	-	-	68.205
Não circulante	437.744	-	-	-	403.374

A composição dos saldos das debêntures e as principais condições contratuais são como segue:

Operações	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos / circulação	Rendimentos	Vencimento	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros	Garantias (1)	Covenants
	2024	2023								
Debentures 1ª Emissão (2)	438.687	478.295	27/01/2012	569.568.025	TJLP + 1.00	out/30	Semestral a partir de out/22	7,19	SG	ICSD
(-) Custos de captação	(5.733)	(6.716)								
Total	432.954	471.579								

(1) Garantias: Conta Reserva do Serviço da Dívida (CRSD) equivalente a 3x o último serviço da dívida mensal. Penhor de 100% das ações da concessionária e dos direitos emergentes da concessão, incluindo as Contas - Reservas, mantidas na rubrica de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados no montante de R\$63.632 em 2024 (R\$43.138 em 2023).

(2) As debêntures da 1ª emissão possuem cláusulas de conversibilidade das ações e garante a Companhia o direito de comprar estas mesmas ações, a qualquer tempo, pelo preço de conversão das ações, conforme condições descritas na escritura pública de emissão das debêntures. A Companhia mensurou o valor justo do instrumento de opção de compra, conforme definido na escritura das debêntures, e na melhor estimativa efetuada pela Administração, em 31 de dezembro de 2024, não há montante a reconhecer deste instrumento.

Notas Explicativas

Condições de covenants

As debêntures possuem cláusulas restritivas, que em geral requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis, conforme abaixo:

Cláusulas Restritivas	Índice Requerido	Exigibilidade
ICSD	Maior ou igual a 1,3x, com base nas demonstrações contábeis regulatórias auditadas	Anual

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de dezembro de 2024, as exigências contratuais foram cumpridas.

Em 31 de dezembro de 2024, as debêntures classificadas no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	Total
2026	71.976
2027	71.976
2028	71.976
2029	71.976
Após 2029	72.141
Total	360.045

Os principais indicadores utilizados para a atualização das debêntures tiveram as seguintes variações percentuais e taxas efetivas nos exercícios:

Moeda/indicadores	2024	2023
TJLP	6,19%	7,05%

14. Impostos e contribuições sociais

	2024	2023
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	440	245
Contribuições ao PIS e à COFINS ^(*)	195.454	189.694
Encargos Sociais	517	1.001
Imposto Sobre Serviços - ISS	169	471
Impostos e Contribuições Retidos na Fonte (IRRF, PIS/COFINS/CSLL)	345	232
Outros	542	844
Total	197.467	192.487
Circulante	3.527	3.445
Não circulante	193.940	189.042

(*) PIS e COFINS corrente e diferidos reconhecidos sobre o ativo de contrato, a serem recolhidos na proporção do recebimento da RAP - Receita Anual Permitida.

15. Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais, regulatórias e ambientais

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos em andamento em tribunais e órgãos governamentais. Tais processos decorrem do desenvolvimento normal das suas atividades, envolvendo matéria cível, trabalhista, fiscal e regulatória e ambiental.

15.1 Perdas prováveis

Uma provisão é reconhecida quando a obrigação for considerada provável de perda pelos assessores jurídicos da Companhia. Essa obrigação pode ser mensurada com razoável certeza e é atualizada de acordo com a evolução do

Notas Explicativas

processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perdas não seja mais considerada provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada.

Por sua natureza, os processos judiciais serão solucionados quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal podem afetar estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

Com base na opinião dos seus consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foi estimada como provável. A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento.

Segue demonstrativo da movimentação das provisões com as perdas prováveis:

	Trabalhista	Cível	Regulatória	Fiscal	Ambiental	2024	2023
Saldos iniciais - não circulante	29	3.247	5.512	5.208	7.990	21.986	57.497
Provisões e reversões líquidas	173	(689)	(356)	(2.677)	(1.402)	(4.951)	(36.763)
Pagamentos realizados	(8)	(300)	-	-	-	(308)	(742)
Atualização	11	88	523	-	287	909	1.815
Transferência	-	-	-	-	-	-	179
Saldos finais - não circulante	205	2.346	5.679	2.531	6.875	17.636	21.986

Trabalhista

As ações judiciais de natureza trabalhista, têm majoritariamente discussões sobre responsabilidade subsidiariedade/solidariedade em relação às verbas rescisórias referentes aos contratos de trabalho firmados entre as empresas que lhe prestam serviços e seus empregados.

Ambiental

Os processos ambientais envolvem discussões sobre licenças ambientais.

Cível

Processos relacionados a indenização decorrente da sua própria atividade, isto é, operar e manter suas linhas de transmissão, subestações e equipamentos nos termos do contrato de concessão de serviços públicos de transmissão de energia elétrica.

Regulatória

Processos envolvendo o pedido de suspensão da aplicação de Parcela variável por atraso (PVS) à Companhia pelo atraso na entrada em operação das instalações de transmissão e suspensão dos descontos no pagamento das concessionárias, vinculado à aplicação de resolução normativa ANEEL 270/2007.

Fiscal

Processos relacionados a discussão sobre compensação não homologada de IRPJ/CSLL.

15.2 Perdas possíveis

A Companhia possui processos de naturezas trabalhista, cível, fiscal e ambiental em andamento, cuja probabilidade de perda foi estimada pelos consultores jurídicos como possível, não requerendo a constituição de provisão.

Notas Explicativas

Abaixo demonstrativo das movimentações dos processos classificados com prognóstico de perdas possíveis:

	Trabalhista	Cível	Fiscal	Ambiental	2024	2023
Saldos iniciais	168	195.517	5.623	-	201.308	164.683
Novos processos	-	102.124	-	2.567	104.691	47.630
Mudanças de prognóstico	(4)	4.157	-	2.573	6.726	(17.655)
Encerramento de processos	(173)	(16.903)	-	-	(17.076)	(469)
Atualização	9	9.823	617	74	10.523	7.119
Saldos finais	-	294.718	6.240	5.214	306.172	201.308

Cível

As ações judiciais de natureza cível, referem-se, em sua grande maioria a processos relacionados a indenização decorrente da sua própria atividade, isto é, operar e manter suas linhas de transmissão, subestações e equipamentos nos termos do contrato de concessão de serviços públicos de transmissão de energia elétrica, além de ações consumeristas onde se discute demandas de cunho indenizatório.

Principais processos:

Processo	Tipo de Ação	Objeto	2024	2023
1008725-07.2020.4.01.3100	Criminal	Em curso na 4ª Vara Federal Criminal de Macapá, foi instaurado pela Polícia Federal do Amapá para apurar possível(eis) ocorrência(s) prevista(s) no(s) artigos 250, §2º (incêndio culposo), e artigo 265 (atentar contra a segurança ou funcionamento de serviço de utilidade pública) do Código Penal Brasileiro, além de outras que porventura sejam constatadas no curso da investigação, também relacionadas à interrupção no fornecimento de energia elétrica no Estado do Amapá.	78.571	74.838
S/N	Ações Consumeristas Apagão	Discute demandas de cunho indenizatório decorrentes de prejuízos oriundos do incidente do dia 03 de novembro de 2020, devido a ocorrência de um curto-circuito interno culminou no incêndio do Transformador 01 - 230/69/13,8 kV (7TR01) da Subestação Macapá (SE Macapá), e, por sobrecarga, no desligamento automático do Transformador 03 - 230/69/13,8 kV (7TR03).	112.288	119.282
1001396-65.2025.4.01.3100	Ação Civil Pública Apagão	Ação Civil Pública movida pelo Ministério Público Federal, envolvendo discussão sobre a interrupção no fornecimento de energia elétrica, ocorrida em 2020, no Estado do Amapá	100.000	-

Fiscal

As ações de natureza tributária referem-se basicamente discussões sobre não reconhecimento de compensações (PER/DCOMP) envolvendo saldo negativo de IRPJ e CSLL.

Ambiental

As ações de natureza ambiental referem-se basicamente discussões sobre suposto descumprimento de preceitos regulatórios.

Notas Explicativas

16. Patrimônio líquido

16.1 Capital Social

O capital social é de R\$667.013 (R\$667.013 em 2023) representando 667.013.209 ações ordinárias, sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente do país, conforme composição abaixo:

	Ordinárias
Gemini Energy S.A.	567.260.000
Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA	99.753.209
	667.013.209

16.2 Reserva de Capital

Inclui a implementação do Programa Remuneração Variável através de concessão de ações, denominada Incentivo de Longo Prazo (ILP) no montante de R\$14.

16.3 Reserva de Lucros - reserva legal

Constituída com 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer outra destinação e limitada a 20% do capital social, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

16.4 Reserva especial de dividendos

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de reserva é de R\$215.856 (R\$186.047 em 31 de dezembro de 2023), que de acordo com os termos do Art. 202 § 4º e 5º da Lei nº 6.404/76, se estes montantes não forem absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos assim que a situação financeira da Companhia permitir.

Em 24 de abril de 2024, a AGO/E aprovou a deliberação dos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2023, no montante de R\$29.809, para a reserva especial de dividendos, conforme artigo 202, parágrafo 4º e 5º, da Lei nº 6.404/76.

16.5 Reserva lucros - reserva de retenção de lucros

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de reserva de retenção de lucros no exercício foi de R\$52.112 (R\$52.112 em 31 de dezembro de 2023) e foram retidos com base no orçamento de capital, aprovado pelo Conselho de Administração.

16.6 Reserva lucros - orçamento de capital

O montante destinado para a reserva de orçamento de capital no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$18.483(R\$29.809 em 31 de dezembro de 2023), que foram retidos com base no orçamento de capital a ser aprovado em Assembleia Geral Ordinária.

16.7 Dividendos

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo obrigatório de 50% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, calculados conforme segue:

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	38.912	62.756
Reserva legal - 5%	(1.946)	(3.138)
Lucro líquido ajustado	36.966	59.618
Dividendos obrigatórios (50%)	18.483	29.809
 Reservas de lucros	 18.483	 29.809
Total	18.483	29.809
% de dividendos sobre o lucro líquido ajustado	50%	50%

Notas Explicativas

17. Receita operacional

Descrição	2024	2023
Receita de construção da infraestrutura	39.672	8.517
Receita de remuneração do ativo de contrato	175.564	156.911
Margens da obrigação de performance de construção	811	58
Ganho (perda) de eficiência na implementação da infraestrutura	(3.670)	(3.718)
Receita de operação e manutenção	12.797	12.555
Outras receitas	20.847	21.252
Total de receita operacional bruta	246.021	195.575
Deduções da receita operacional		
PIS corrente	(3.181)	(3.152)
PIS diferido	(873)	(75)
COFINS corrente	(14.651)	(14.518)
COFINS diferido	(4.022)	(345)
Programa de Desenvolvimento Energético (P&D)	(6.741)	(5.664)
Taxa de fiscalização	(566)	(583)
Total da Deduções da receita	(30.034)	(24.337)
Receita operacional líquida	215.987	171.238

18. Custos e Despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais especificados na demonstração do resultado do exercício possuem a seguinte composição por natureza de gastos:

Natureza do gasto	Despesas Operacionais			Total	
	Operação	Serviços de terceiros	Gerais e Administrativas	2024	2023
Pessoal e administradores	4.743	-	1.481	6.224	3.212
Entidade de previdência privada	86	-	40	126	66
Material	12.628	-	509	13.137	2.476
Serviço de terceiros	28.024	-	26.046	54.070	47.389
Amortização e depreciação	809	-	331	1.140	151
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa - PECLD	3.055	-	-	3.055	-
Provisões para riscos	-	-	(4.773)	(4.773)	(36.763)
Custo de construção	-	36.002	-	36.002	4.809
Outros	1.598	-	3.665	5.263	7.395
Total	50.943	36.002	27.299	114.244	28.735

19. Receitas e Despesas financeiras

	2024	2023
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras	5.305	7.042
Tributos sobre Receita Financeira	(299)	(333)
Juros Selic s/ impostos a recuperar	989	74
Outras receitas financeiras	145	41
Total receitas financeiras	6.140	6.824
Despesas Financeiras		
Encargos de dívidas - juros	(16.457)	(17.961)
Encargos de dívidas - variação monetária	(31.111)	(34.352)
Atualização de contingências	(909)	(1.815)
Outras despesas financeiras	(145)	(332)
Total despesas financeiras	(48.622)	(54.460)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(42.482)	(47.636)

Notas Explicativas

20. Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado com base no resultado do período atribuível e a respectiva média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação.

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	38.912	62.756
Média ponderada de número de ações	667.013	667.013
Lucro líquido básico por ação em Reais - R\$^(*)	0,06	0,09

^(*) A Companhia possui debêntures conversíveis em ações e opções de compra destas mesmas ações, conforme divulgado na nota explicativa nº 13, e, portanto, seu exercício teria efeito antidiluidor. Por esse motivo, o resultado diluído por ação equivale ao resultado básico por ação.

21. Cobertura de seguros

A política de seguros da Companhia baseia-se na contratação de seguros com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo dos nossos auditores independentes.

As principais coberturas são:

Descrição	Data de Vencimento	Importância Segurada	Prêmio Anual	
			2024	2023
Auto Frota	23/10/2025	Até 1.000/veículo	1	3
Responsabilidade Civil Ambiental	20/10/2026	20.000	4	-
Responsabilidade Civil Geral	30/06/2025	40.000	11	14
Riscos Operacionais	30/06/2025	200.000	2.770	2.420
Vida em grupo e acidentes pessoais	31/01/2026	5.948	7	5
Responsabilidade civil administradores e diretores (D&O)	05/08/2025	100.000	2	2
Transporte nacional	30/07/2025	Até 5.000/viagem	2	1
Judicial Execução Fiscal	18/11/2023	5.069	-	101
			2.797	2.546

22. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Notas Explicativas

Abaixo, são comparados os valores contábeis e valor justo dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

	Nível	2024		2023	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
<u>Ativos</u>					
Custo amortizado:					
Caixa e equivalente de caixa	2	8.671	8.671	8.899	8.899
Concessionárias e Permissionárias	2	23.454	23.454	23.206	23.206
		32.125	32.125	32.105	32.105
Valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras no mercado aberto	2	63.632	63.632	75.896	75.896
		63.632	63.632	75.896	75.896

	Nível	2024		2023	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
<u>Passivo</u>					
Custo amortizado:					
Fornecedores	2	28.454	28.454	26.439	26.439
Empréstimos e financiamentos, debêntures e encargos de dívidas	2	566.010	566.010	619.658	619.658
		594.464	594.464	646.097	646.097

As suas características operacionais e a sua estrutura patrimonial colocam a Companhia em um ambiente em que o risco de mercado é extremamente baixo. Em virtude dessas condições, a Administração entende ser desnecessária a utilização de instrumentos financeiros derivativos. Em 2024, o valor contábil dos ativos e passivos financeiros representam aproximadamente os valores de mercado.

Os passivos financeiros são classificados integralmente como passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado. Os ativos financeiros são classificados integralmente como recebíveis (rubricas caixa e equivalentes de caixa).

Incertezas

Administração financeira de riscos

A Diretoria tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia.

A gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Diretoria tem como prática reportar mensalmente a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia.

A Companhia conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

Gestão de risco de capital

O índice de endividamento no final dos períodos são:

	2024	2023
Dívida ⁽¹⁾	566.010	619.658
Caixa equivalentes de caixa	(8.671)	(8.899)
Dívida líquida	557.339	610.759
Patrimônio líquido	1.100.835	1.016.528
Índice de endividamento - líquido	0,51	0,60

⁽¹⁾ A dívida é definida como empréstimos, financiamentos, debêntures de curto e longo prazos e encargos de dívidas.

Notas Explicativas

Risco de liquidez

A Administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia.

A seguir, apresentamos a estratificação dos passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados considerando os vencimentos contratuais futuros. Não é esperado que possam ocorrer alterações significativas nos fluxos de caixa incluídos nesta análise.

	Taxa média de juros efetiva ponderada	Até 6 meses	6 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		15.903	-	-	-	12.551	28.454
Empréstimos financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	13,06%	52.999	54.465	220.114	240.706	200.056	768.340
Total		68.902	54.465	220.114	240.706	212.607	796.794

O risco de liquidez representa o risco de a Companhia enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia monitora o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, e se antecipando para futuras necessidades de caixa.

O montante de caixa, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica e demais Instalações de Transmissão - DIT é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL. As transmissoras são remuneradas pela disponibilização do sistema de transmissão e eventual racionamento da energia não trará impacto sobre a receita e respectivo recebimento.

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancário e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

Risco de crédito

É baixo o risco de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores em transações com empresas relacionadas. A exposição máxima ao risco de crédito da Companhia é o valor do saldo de fornecedores. A mitigação desse risco ocorre com a aplicação de procedimentos de monitoramento das operações realizadas pelas empresas relacionadas.

A Administração avalia que os riscos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” do Grupo Energisa.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito, conforme apresentado abaixo:

	Nota	2024	2023
Ativos			
Caixa e equivalente de caixa	5.1	8.671	8.899
Concessionárias e permissionárias	6	23.454	23.206
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5.2	63.632	75.896

Risco de mercado: taxa de juros

Os empréstimos, financiamentos e debentures moeda nacional, apresentados na nota explicativa nº 12 e 13, é composta de financiamentos obtidos junto instituições através de emissões no do mercado de capitais. A taxa de juros é definida por estes agentes, levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar alternativas

Notas Explicativas

ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face dos negócios e às peculiaridades setoriais, esses são mensurados pelo “método do custo amortizado” com base em suas taxas contratuais.

Análise de Sensibilidade

De acordo com o CPC 40, a Companhia realiza análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, conforme demonstrado:

Variação das taxas de juros

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 31 de dezembro de 2024 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam os apresentados na tabela abaixo, caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) (1)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	63.632	Alta CDI	9.545	11.931	14.318
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(438.687)	Alta TJLP	(32.594)	(40.743)	(48.891)
Subtotal	(438.687)		(32.594)	(40.743)	(48.891)
Total -perdas (2)	(375.055)		(23.049)	(28.812)	(34.573)

- (1) Considera o CDI de 31 de dezembro de 2025 (15,00% ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 31 de dezembro de 2024 e TJLP 7,43% ao ano.
- (2) Não inclui as operações pré-fixadas no valor de R\$133.056.

23. Benefícios pós-emprego

Plano de suplementação de aposentadoria e pensão

A Companhia é patrocinadora de planos de benefícios previdenciários aos seus empregados na modalidade de contribuição definida. Nesta modalidade, os benefícios de riscos são totalmente terceirizados com seguradora e não está sujeito à avaliação atuarial para mensuração e reconhecimento de obrigação de benefício futuro no âmbito do CPC 33(R1).

A administração dos planos previdenciários é realizada pela Energisaprev - Fundação Energisa de Previdência, entidade fechada de previdência complementar, multipatrocinada, constituída como fundação, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, com funcionamento autorizado pela Portaria nº 47, de 24 de outubro de 2003, do Ministério da Previdência Social - Secretaria de Previdência Complementar.

O plano de benefício patrocinados pela Companhia no exercício de 2024:

Plano	Modalidade do plano	Status	Data Instituição	Benefício
Plano Energisa CD	CD	Aberto	07/04/2017	• Aposentadoria; • Benefício por invalidez; • Pensão por morte.

Os planos têm seu custeio compartilhado entre Participantes e Patrocinadora, considerando a participação definida em cada regulamento.

No exercício, a despesa de patrocínio ao plano foi de R\$126 (R\$45 em 2023), registrada na rubrica de benefícios pós-emprego na demonstração de resultado do exercício.

Número de participantes/beneficiários

Atualmente apenas o Plano Energisa CD está aberto para novas adesões e o número de participantes do plano

Notas Explicativas

vinculado à patrocinadora LMTE está apresentado a seguir:

	Quantidade	
	2024	2023
Ativos	29	4
Total	29	4

24. Meio ambiente (*)

Na implantação e operação dos ativos de transmissão da Companhia são realizados todos os cuidados ambientais necessários para evitar e/ou mitigar os impactos socioambientais inerentes ao empreendimento, traduzidos em programas específicos, validados junto aos órgãos ambientais licenciadores. Ressalta-se ainda que os programas e projetos socioambientais desenvolvidos estão alinhados ao desenvolvimento sustentável da região. Merecem atenção algumas ações as quais são destacadas abaixo:

1. Programa de Gestão Ambiental da Operação - O objetivo geral do Programa de Gestão Ambiental da Operação é dotar o empreendimento de uma estrutura eficiente capaz de avaliar e gerir de forma constante as ações da operação sob a ótica ambiental, apresentando resultados e indicando medidas de controle ambiental da operação da Linha de Transmissão LTs 500 kV Jurupari - Oriximiná C1 e C2 e LTs 230 kV Jurupari - Laranjal - Macapá
2. Controle e Monitoramento de Processos Erosivos - Ações previstas no âmbito do Programa de Gestão Ambiental da Operação, cujo desdobramento de ações tem por objetivo estabelecer e padronizar atividades preventivas e corretivas que visem promover o controle e monitoramento dos processos erosivos que possam ocorrer durante a operação do empreendimento. As ações propostas são empregadas tanto nos pontos onde há erosão ocorrendo bem como na prevenção ao surgimento de novos processos erosivos.
3. Gestão de Resíduos Sólidos - o Ações previstas no âmbito do Programa de Gestão Ambiental da Operação e tem por objetivos reduzir a geração de resíduos na fonte primária, adequar a segregação na origem e assegurar o correto manuseio, armazenamento temporário e destinação final dos resíduos sólidos ou disposição final de rejeitos, de modo a controlar e minimizar riscos ao meio ambiente, aos trabalhadores e às comunidades próximas ao empreendimento.
4. Programa de Comunicação Social - programa busca estabelecer um fluxo de comunicação e informação entre os mais diversos públicos e o empreendedor, por meio da utilização de estratégias e canais de comunicação eficazes, utilizando linguagem clara, permitindo, então, o compartilhamento de informações de forma sistemática e transparente, visando reduzir ao máximo os conflitos potenciais e problemas relacionados à instalação do empreendimento.

A Política Nacional do Meio Ambiente determina que o funcionamento regular de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente, está condicionado ao prévio licenciamento ambiental.

Licenças expedidas pela Companhia				
Empresa	Órgão licenciador	Licenças Operação (LO) ou Instalação (LI)	Data Emissão	Vencimento
LMTE	IBAMA	LO 1161/2013	12/06/2013	13/06/2025
LMTE	IBAMA	LO 1218/2014	19/06/2023	19/06/2029

No exercício findo de 31 de dezembro de 2024, os montantes investidos nesses programas e práticas totalizaram R\$2.499.

(*) Não revisado pelos auditores independentes.

Notas Explicativas

25. Informações adicionais aos fluxos de caixa

Em 2024 e 2023, as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia, são:

	2024	2023
Outras transações não caixa		
Remuneração do ativo de contrato da concessão	175.564	156.910
Receita de margens da obrigação de performace da construção	811	58
(Perda) de eficiência na implementação da infraestrutura	(3.670)	(3.718)
Atividades operacionais		
Fornecedores a prazo	8.020	979
Atividades de investimentos		
Aplicações em linhas de transmissão de Energia	8.020	979

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas, Diretores e Administradores da
Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A
Cataguases - MG

Introdução

Examinamos as demonstrações contábeis da Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Incêndio nos transformadores da linha de transmissão

Chamamos a atenção para a nota explicativa 15.2 às demonstrações financeiras na qual a Companhia divulga que responde à processos na esfera civil, de cunho indenizatório, decorrente de prejuízos causados pelo incêndio na Subestação de Macapá em 3 de novembro de 2020, que afetou o fornecimento de energia do Estado do Amapá. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Mensuração do ativo de contrato

Conforme divulgado na nota explicativa nº10 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2024 a Companhia registra o montante de R\$ 2.096.615 mil referente aos ativos de contrato vinculados aos contratos de concessão de transmissão de energia elétrica. Esses ativos de contrato refletem o valor que a Companhia possui o direito de receber, advindo do investimento realizado na infraestrutura de sua concessão. Adicionalmente, a Companhia também avalia que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão, segue existindo um ativo de contrato pela contrapartida da receita de construção, uma vez que é necessário a satisfação da obrigação de operar e manter para que a Companhia passe a ter um direito incondicional de receber caixa.

O reconhecimento do ativo de contrato e da receita de contrato com cliente de acordo com o CPC 47 – Receita de contrato com cliente (IFRS15 – Revenue from contract with customer) requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela diretoria para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperada em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas.

Ainda, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto, que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro, também requer o uso de julgamento por parte da diretoria.

Devido à relevância dos valores e julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração dos ativos de contrato das concessões e da receita de contrato com clientes como um assunto significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: (i) o entendimento do processo da Companhia relacionado aos cálculos do ativo de contrato de concessão; (ii) a avaliação dos procedimentos internos relativos aos gastos realizados para execução do contrato; (iii) a leitura dos contratos de concessão para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato; (iv) a revisão dos fluxos de caixa projetados, das premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos e na definição da taxa implícita de desconto utilizada no modelo com o auxílio de profissionais especializados em avaliação de empresas; (v) a análise de eventual risco de penalizações por atrasos na construção ou indisponibilidade; (vi) a análise da eventual existência de contrato oneroso; (vii) análises das comunicações com órgãos reguladores relacionadas à atividade de transmissão de energia elétrica e de mercado de valores mobiliários; e (viii) avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas para mensuração do ativo de contrato adotados pela diretoria são aceitáveis, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 10 e 17, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório datado em 12 de março de 2024, sem modificação.

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 18 de março de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC – SP-015199/F

Roberto Cesar Andrade dos Santos
Contador CRC – RJ-093771/O

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores da Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A. ("Companhia") sobre as Demonstrações Financeiras no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2024

Os diretores da Companhia abaixo assinados declaram, nos termos dos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que, em reunião realizada na presente data, revisou, discutiu e concordou, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as Demonstrações Financeiras da Companhia, tendo aprovado o referido documento.

Cataguases, 18 de março de 2025.

Gabriel Mussi Moraes
Diretor Presidente

Fernando Cezar Maia
Diretor Técnico

Maurício Perez Botelho
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Nicolas Juan Octavio Pinon de Manfredi
Diretor de Transmissão

Rodolfo da Paixão Lima
Diretor Contábil Tributário e Patrimonial
Contador - CRC RJ 107310-O "S" MG

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores da Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A. ("Companhia") sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Os diretores da Companhia abaixo assinados declaram, nos termos dos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que, em reunião realizada na presente data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, tendo aprovado o referido documento.

Cataguases, 18 de março de 2025.

Gabriel Mussi Moraes
Diretor Presidente

Fernando Cezar Maia
Diretor Técnico

Maurício Perez Botelho
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Nicolas Juan Octavio Pinon de Manfredi
Diretor de Transmissão

Rodolfo da Paixão Lima
Diretor Contábil Tributário e Patrimonial
Contador - CRC RJ 107310-O "S" MG